

ANÁLISE PERCEPTUAL DA QUALIDADE AMBIENTAL E DE VIDA



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil - ISSN: 1982-7784 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Letícia Peret Antunes Hardt¹
Carlos Hardt²

Introdução

Historicamente, as relações entre homem e natureza foram marcadas por intensos conflitos. Conforme Ross (2005, p.213):

o acréscimo do conhecimento técnico e científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro. Até praticamente a década de 1970, não havia no mundo a menor preocupação com as questões ambientais ou ecológicas, a não ser nas universidades, onde o assunto era tratado cientificamente.

Nesse contexto, foram ampliados e alterados, nos últimos tempos, os conceitos acerca dos espaços e recursos naturais (MACEDO; SAKATA, 2003).

Mesmo com expressivos avanços no processo de planejamento e gestão de áreas naturais protegidas, públicas ou privadas, inseridas ou não no meio urbano, vários fundamentos não passam apenas de arazoados, permanecendo distantes de realidade prática (HARDT et al., 2009, p.2-3).

Segundo Diegues (2001), o relativo fortalecimento mundial das áreas naturais protegidas ocorreu somente no final do século XIX, no âmago das discussões sobre as relações entre sociedade e natureza. Todavia, Souza (2010) argumenta que as políticas públicas brasileiras ainda não dispensaram a devida atenção a essa tipologia de espaços no meio urbano, dificultando a sua gestão pela reduzida compreensão das suas reais funções.

Para Terborgh et al. (2002), são vários os benefícios advindos dessas funções, desde aqueles voltados à conservação da natureza – e decorrente manutenção da qualidade ambiental – até outros relacionados com a melhoria da qualidade de vida.

Tais pressupostos servem como relevantes **justificativas** para a presente pesquisa.

Macedo e Sakata (2003) ressaltam, ainda, a necessidade de ampliação da quantidade de parques públicos nas cidades brasileiras, os quais, progressivamente, têm suas dimensões reduzidas, devido tanto à escassez de terrenos quanto ao elevado custo dos imóveis urbanos.

Estudos de Hildebrand, Graça e Milano (2001) sobre parques de Curitiba concluem a sua indiscutível importância, não apenas para os moradores do entorno, mas também para a população da cidade como um todo, assim como para visitantes de outras localidades. Porém, esses autores alertam que, apesar da expressiva implantação dessa tipologia de áreas verdes na capital paranaense nas últimas décadas, ainda não é suficientemente aprofundado o conhecimento sobre os seus reais efeitos ambientais e sociais.

De outra forma, a Prefeitura Municipal de Curitiba destaca a relevância do lazer e da recreação na sua política de áreas verdes urbanas, visando ao equilíbrio físico e mental do ser humano, dentre outras finalidades (PMC, 2009).

Face ao anteriormente exposto, a **problemática** do estudo se volta à necessidade de investigação acerca das influências das áreas naturais protegidas em cidades sobre as características ambientais urbanas e sobre as condições de vivência dos cidadãos.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em investigar a percepção dos usuários acerca de atributos de qualidade ambiental e de vida em unidades de

conservação estabelecidas como parques urbanos.

Referencial Teórico

Terborgh et al. (2002) identificam os meados e o final do século XX, com seu acentuado crescimento populacional e conseqüente ampliação do consumo de recursos, como os períodos de criação mais intensa de **áreas naturais protegidas**, voltadas essencialmente à conservação da natureza e à proteção da biodiversidade.

Carvalho, Gorini e Mendes (2006) definem a instituição do Código Florestal Brasileiro, em 1934, como o principal marco para o surgimento das áreas naturais protegidas no país. Por sua vez, Pereira e Scardua (2008) esclarecem que, em junho de 1992, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em seu Artigo 2º, define essas áreas como regiões geograficamente delimitadas e institucionalmente normatizadas, com administração específica, sendo voltadas aos objetivos específicos de proteção dos recursos naturais (BRASIL, s.d.).

Nesse contexto, são incluídas as **unidades de conservação**, sobre as quais Souza (2010, p.24) esclarece que:

os conceitos de unidades de conservação e áreas naturais protegidas se confundem – ou até, muitas vezes, se completam –, assim como o exato momento de surgimento dos respectivos temas. Existe uma pluralidade de definições para os dois termos relacionados à proteção do ambiente. Em certas ocasiões, são empregados como sinônimos. Em outras, são estudados como assuntos distintos. Possivelmente, uma das principais causas desta situação seja a transformação dos diferentes domínios do saber, ao longo do tempo.

Em síntese, enquadradas como espaços territoriais especialmente protegidos (PEREIRA; SCARDUA, 2008), as unidades de conservação têm sua terminologia estabelecida oficialmente no país em 1979, com o advento de plano específico para essas áreas, revisado em 1982 (IBDF; FBCN, 1982; MEDEIROS, 2006; MERCADANTE, 2001). Apesar das dificuldades para sua efetiva implementação

(HARDT; HARDT, 2007), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) somente foi instituído em 18 de julho de 2000, pela Lei Federal Nº 9.985 (BRASIL, 2000), que define essa tipologia de área natural protegida como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Artigo 2º).

Segundo o Artigo 7º da mesma lei, as unidades de conservação integrantes do SNUC são enquadradas em categorias de proteção integral e de uso sustentável.

Complementando o arcabouço jurídico-institucional brasileiro, o Estatuto da Cidade, Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (BRASIL, 2001) regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e:

[...] estabelece diretrizes gerais da Política Urbana, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, mediante diversas diretrizes gerais, dentre as quais se destacam a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, assim como do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (Artigo 2º, Inciso XII). Em seus instrumentos de implementação, consta a instituição de unidades de conservação (Artigo 4º, Inciso V; Alínea e) (HARDT et al., 2009, p.3).

Curitiba, objeto de estudo de caso da presente investigação, efetivou a sua própria legislação ambiental, instituindo a Lei Municipal Nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000 (CURITIBA, 2000), que cria o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC), sendo estabelecidos critérios e procedimentos para implantação de suas áreas naturais protegidas, definidas, em seu Artigo 2º, como:

de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso da população, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e utilização, às quais aplicam-se garantias de conservação, proteção e aproveitamento público.

O Artigo 3º da lei municipal classifica as unidades de conservação curitibanas em várias tipologias, dentre as quais se destacam os parques de conservação e de lazer, de domínio público e com dimensão mínima de 10 ha.

Lima et al. (1994) conceituam **parques urbanos** como áreas verdes destinadas a funções ecológicas, estéticas e de lazer, cujas extensões normalmente ultrapassam as das praças e dos jardins públicos.

Resultantes de um processo evolutivo que remonta à Antiguidade (HARDT; HARDT, 2006; MAXIMIANO, 2004), as configurações atuais dos parques urbanos, anteriormente restritos às residências particulares (SANTUCCI, 2003), surgiram na Inglaterra, ao final do século XVIII. Como decorrência das transformações provocadas pela Revolução Industrial naquele século, são associados “à mecanização da lavoura e conseqüente êxodo rural, à aplicação de novos materiais e de técnicas construtivas, à aquisição de novos espaços e a implementação de novas soluções de infraestrutura nas cidades, entre outras características”. (SOUZA, 2010, p. 32).

Para Melazo e Colasanti (2003), as finalidades dos parques urbanos são relacionadas comumente ao lazer e a atividades de recreação, com reflexos diretos sobre a qualidade de vida dos cidadãos.

Para Cavallari e Zacharias (2007), lazer corresponde ao estado de espírito de um indivíduo em seu tempo livre, enquanto recreação compreende a escolha espontânea de uma pessoa para satisfação das suas vontades e anseios relacionados ao lazer. Diante dessa diversidade conceitual, Silva et al. (2008, p.3) reafirmam que “o lazer pode acontecer sem a recreação, porém o inverso é uma inverdade”.

Herculano, Porto e Freitas (2000) explicitam que a avaliação da **qualidade de vida** de uma população tem duas vertentes principais: a primeira se refere à relação entre os recursos disponíveis e a capacidade efetiva de satisfação das necessidades

de determinado grupo social enquanto a segunda se volta à análise dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Destacando a influência decisiva da paisagem urbana, especialmente dos espaços públicos urbanos, Wilhelm et al. (2000) especificam que os fatores de qualidade de vida podem ser classificados em duas categorias básicas: uma de ordem física e fisiológica e outra de âmbito social e psicológico.

Outras funções dos parques urbanos são voltadas à manutenção **qualidade ambiental** da cidade, visando, em especial, à conservação da natureza, definida pela Lei Federal Nº 9.985/2000 como:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000, Artigo 2º, Inciso II).

Para Hardt (2000), os benefícios desta tipologia de áreas verdes vão desde aqueles voltados à qualidade ambiental até outros vinculados com a qualidade de vida. No primeiro caso, envolvem a amenização das variações microclimáticas, o saneamento ambiental – com controle da poluição do ar, da água e do solo, por exemplo – e a proteção da biota e da biodiversidade, dentre várias possibilidades. Souza (2010) destaca, nessa perspectiva, as suas potencialidades para a manutenção do equilíbrio das relações entre o ambiente urbano e o seu suporte natural.

No segundo caso, as vantagens compreendem, dentre outras, a garantia do conforto ambiental, o controle da pressão sonora e da detração visual, a ampliação das oportunidades de relacionamento social, a oferta de áreas de lazer, a melhoria no estado psicológico e de saúde dos usuários e a valorização estética e econômica da região, etc., promovendo, ainda, alternativas para a conscientização ambiental.

Segundo Souza (2010, p.39):

os problemas sociais e ambientais estão tão fortemente entrelaçados que já não cabe mais analisá-los isoladamente. Ao se estudar os parques urbanos e suas funções, torna-se imprescindível canalizar esforços para se entender sua relação com a cidade e suas transformações, juntamente com seus problemas de caráter social, econômico, cultural, ambiental e de outros campos científicos interligados.

De acordo com Nascimento, Del Rio e Oliveira (1999), o cotidiano das pessoas pode ser significativamente alterado a partir das suas interpretações perceptuais, influenciando, assim, seus princípios morais, éticos, sociais, filosóficos e culturais. Para esses autores, a **percepção** determina o envolvimento do indivíduo com o ambiente, por meio de processos tanto individuais, especialmente sensoriais e cognitivos (HARDT, 2000; 2004), quanto coletivos, resultantes da interação e da socialização (CISNEIROS, 1998).

Para Tuan (1980; 1983), os indivíduos formam esquemas perceptivos da **paisagem urbana**, de conhecimento e reconhecimento de sensações.

Definida genericamente como a visualização do ecossistema urbano, a paisagem da cidade é essencialmente interpretada tanto por meio do espaço visual, constituído pelo ambiente total (natural e construído, sendo secundariamente integrado pelo meio socioeconômico, conformando condições ambientais e sociais), quanto por mecanismos perceptuais, dependentes da experiência humana (ambiência pessoal e comportamento) e das condições de vida (HARDT; HARDT, p.3).

Wainberg (2001, p.11) destaca que:

[...] a cidade deve ser vista como uma escritura, uma fala a ser interpretada pelo transeunte. Trata-se de um enigma a ser desvendado pela exploração. A percepção é estimulada pelo estranhamento causado por sua arquitetura, vias, limites, bairros, pontos nodais, marcos, avenidas, cafés e bares. É uma obra de arte viva, e seus atores móveis são os seus habitantes. [...] No campo estranho, todo detalhe é relevante na composição do todo.

Souza (2010, p.42) evidencia a importância da compreensão do conceito de percepção da paisagem urbana para:

[...] democratização da ciência e dos saberes, sobretudo para reflexão sobre instrumentos disponíveis e seu grau de adequação para garantia da escuta às comunidades na gestão urbana e na administração de áreas naturais protegidas, visando garantir maior qualidade ambiental e de vida para todos.

Complementando, o mesmo autor considera que a conservação da natureza deve ser considerada uma atividade precípua na gestão da cidade para o adequado convívio dos cidadãos com o ambiente urbano, o que pode promover melhores níveis de qualidade ambiental e de vida.

Procedimentos Metodológicos

Com base em estrutura multimétodos (GIL, 2002), a pesquisa foi delineada em quatro etapas principais. A primeira, de fundamentação exploratória, se voltou ao **estabelecimento do referencial teórico** sobre o tema, a partir de pesquisa bibliográfica.

Com interpretação exploratória e descritiva de fontes secundárias e documentais, a segunda etapa compreendeu a **análise de modelos de referência**, baseados nos estudos de casos sobre dois parques instituídos como unidades de conservação em Curitiba.

A seleção das áreas específicas de estudo foi resultante da identificação das principais áreas verdes urbanas de Curitiba (Figura 1), destacando-se, em primeira instância, aquelas classificadas como unidades de conservação pela Lei Municipal Nº 9.804/2000 (CURITIBA, 2000), que institui o SMUC, e, mais especificamente, como parques de conservação e de lazer.

Na sequência, foi selecionado o parque de maior grau de visitação, recaindo a escolha, portanto, sobre o Parque Natural Municipal Barigui (IPPUC, 2005; PMC; 2010; URBS, 2010). Coincidentemente, este também é o maior parque curitibano (1.400.000 m² – PMC, 2009). Para análise comparativa de dados, foi também adotado o Parque Natural Municipal Tingui, terceiro em extensão (380.000 m² –

PMC, 2009), integrante da mesma bacia hidrográfica – que abrange cerca de um terço do território da cidade e proporção equivalente da sua população (PMC, 2009), situando-se a montante do anterior. Os parques Barigui e Tingui praticamente formam um contínuo corredor verde junto ao fundo de vale do curso d'água principal, homônimo ao primeiro parque.

Os dois parques também constituem pontos de parada da Linha Turismo, servida por ônibus especialmente destinados à atividade. Seu trajeto de 44 km é desenvolvido em duas horas e meia, em média, percorrendo 25 pontos turísticos da cidade, sendo permitidos um embarque e quatro reembarques durante o circuito, segundo a preferência de cada turista (URBS, 2010).

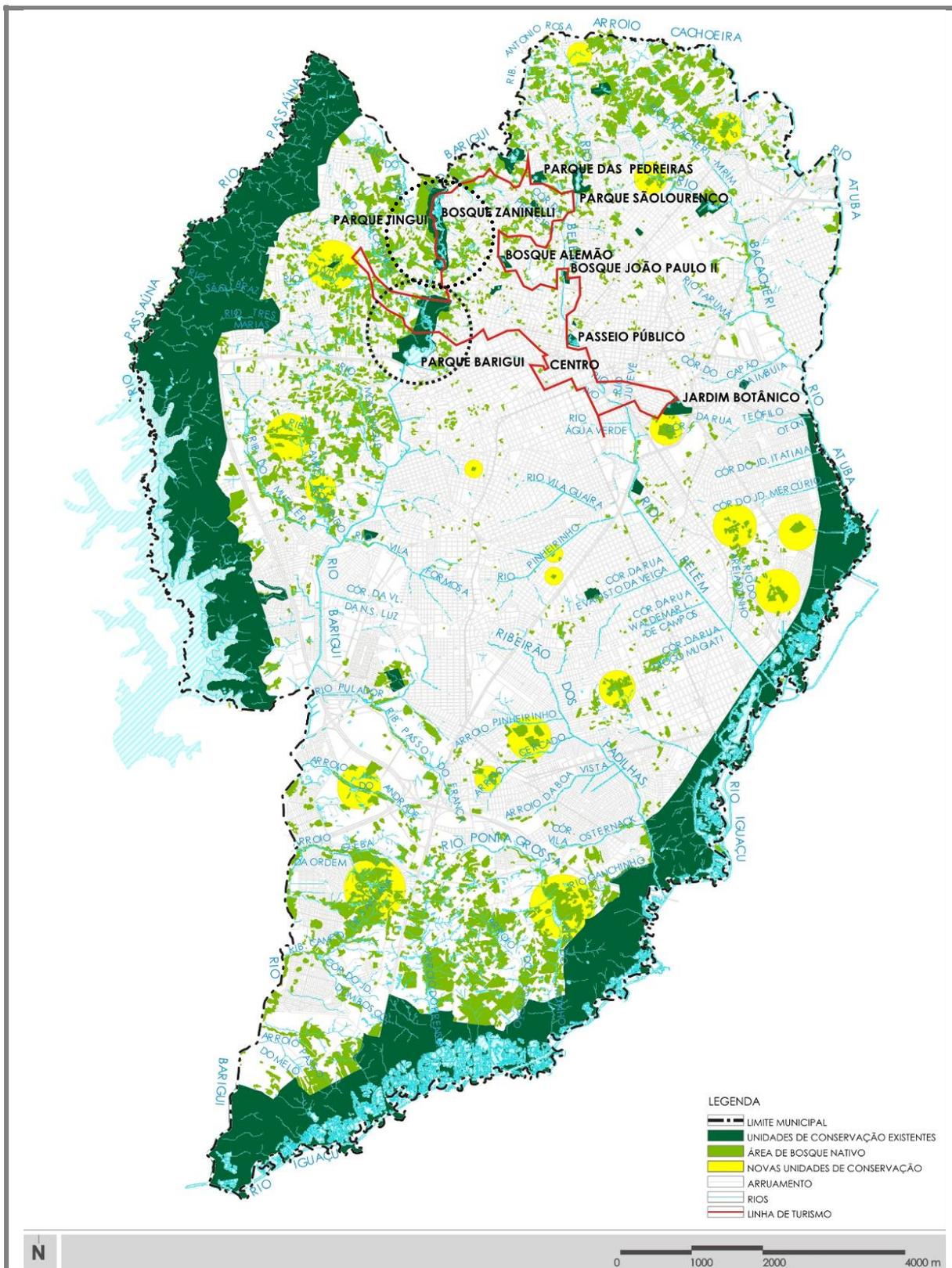


Figura 1: Mapa de áreas verdes em Curitiba com destaque para os parques naturais municipais Barigui e Tingui selecionados para os estudos de casos em Curitiba, Paraná.

Fonte: Elaborada com base em Hardt et al. (2009) e IPPUC (2010b).

Ambas as áreas naturais protegidas integram o primeiro trecho do Programa Viva Barigui, estrutura de planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Curitiba, sem prazo definido de término (PMC, 2010), o qual estabelece ações de curto, médio e longo prazos para revitalização da bacia hidrográfica. Dentre suas principais diretrizes, podem ser destacadas a retirada e relocação de ocupações irregulares às margens do rio, a recuperação da mata ciliar e a implantação de cicloviárias e vias parque, além da coleta do esgoto que hoje é despejado de forma indiscriminada nas águas do rio Barigui (SANTOS, 2010). Como resultado final, pretende-se a implantação de um parque linear ao longo da extensão desse curso d'água.

Antiga sesmaria de propriedade de Martins Mateus Leme, o Parque Natural Municipal Barigui foi instituído em 1972 (HARDT et al., 2009), com as finalidades de contenção de cheias e de aproveitamento de remanescentes florestais, sendo destinado à conservação ambiental, ao saneamento e ao lazer (MACEDO; SAKATA, 2003). Possui ampla e diversificada infraestrutura (Figura 2), com destaque para o pavilhão de exposições, onde são realizadas inúmeras feiras e eventos (PMC, 2010). Sua localização, com adequada acessibilidade ao centro da cidade, é um dos fatores que o eleva à posição de parque mais freqüentado da capital paranaense (IPPUC, 2010a).

O Parque Natural Municipal Tingui foi criado em 1994, como resultado de parceria público-privada com proprietários de terras da região, visando à proteção do fundo de vale do rio Barigui dos efeitos do adensamento da malha urbana (BRITO, 2010; SANTOS, 2010). Possui infraestrutura mais restrita que o anterior (Figura 3), mas abriga um importante marco turístico e comemorativo do centenário da chegada de colonizadores, o Memorial Ucraniano, uma réplica da Igreja de São Miguel na Serra do Tigre (Mallet, Paraná), que comporta espaço para realização de eventos culturais e exposições (PMC, 2010).



Figura 2: Croqui da estrutura do Parque Natural Municipal Barigui sobre imagem aérea do seu entorno em Curitiba, Paraná

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010), Pace (2010) e PMC (2010).

Legenda:

- | | |
|---|---|
| 1 = Salão de Atos / restaurante | 14 = espaço aberto: canchas esportivas |
| 2 = pavilhão de exposições | 15 = espaço aberto: pista de caminhada / ciclovia |
| 3 = parque de diversões | 16 = pista de bicicross |
| 4 = heliponto | 17 = Secretaria Municipal do Meio Ambiente |
| 5 = sanitários | 18 = sede dos escoteiros |
| 6 = portal | 19 = rio Barigui |
| 7 = lanchonete | 20 = sede de manutenção |
| 8 = churrasqueiras | 21 = equipamentos de ginástica |
| 9 = trilha com obstáculos | 22 = estacionamento |
| 10 = pista de patinação | 23 = trilhas |
| 11 = portal de Santa Felicidade | 24 = ponte |
| 12 = Museu do Automóvel | 25 = bistrô |
| 13 = academia de ginástica / lanchonete | |



Figura 3 Croqui da estrutura do Parque Natural Municipal Tingui sobre imagem aérea do seu entorno em Curitiba, Paraná

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010), Pace (2010) e PMC (2010).

Legenda:

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| 1 = portal | 12 = Portal Ucrâniano |
| 2 = cancha esportiva | 13 = réplica de igreja ucraniana |
| 3 = guarda municipal | 14 = loja de produtos típicos |
| 4 = playground | 15 = palco |
| 5 = estacionamento | 16 = campanário / sanitários |
| 6 = ponte | 17 = pêsseka |
| 7 = pista de caminhada / ciclovia | 18 = Praça Brasil 500 anos |
| 8 = lago | 19 = sede de manutenção |
| 9 = pergolado | 20 = caminho |
| 10 = ponte coberta | 21 = churrasqueiras |
| 11 = Memorial Ucrâniano | 22 = rio Barigui |
| | 23 = equipamentos de ginástica |

A terceira fase do estudo, de caráter exploratório e analítico, correspondeu à **avaliação da percepção dos usuários** das unidades de conservação, associada a levantamentos de reconhecimento específico em campo. Tais pesquisas, baseadas na aplicação de questionários semi-estruturados, divididos em três partes principais – perfil dos usuários, hábitos de utilização e aspectos qualitativos do parque – foram realizadas em períodos diferenciados, mas com procedimentos semelhantes. Souza (2010) aplicou 400 formulários no Parque Natural Municipal Barigui no segundo semestre de 2009, enquanto Brito (2010) e Santos (2010) aplicaram 300 questionários no Parque Natural Municipal Tingui no primeiro semestre de 2010. A determinação de amostras representativas para populações infinitas (superiores a 100.000 indivíduos) considerou uma margem de erro inferior a 5%, com nível de confiança superior a 95%, e a sua seleção de maneira aleatória e probabilística (GIL, 2002).

Com suporte sintético e analítico, os dados coletados foram tratados estatisticamente na etapa final de **interpretação e discussão** dos resultados, permitindo, assim, a sua confrontação com referências teóricas, o que permitiu a formulação de subsídios para conclusões acerca de alternativas de gestão de áreas naturais protegidas em cidades que incorporem a sua percepção pelos seus usuários.

Resultados e Discussão

Para Magro, Granja e Mendes (1990), a caracterização do **perfil dos usuários** de determinada unidade de conservação permite o reconhecimento dos seus valores e anseios, revelando fundamentos para a conciliação das metas de conservação ambiental com as de visitação pública.

Pela análise das características dos entrevistados nos parques naturais municipais Barigui e Tingui (Figura 4), depreende-se a predominância de visitantes do gênero feminino (53% para o primeiro e 58% para o segundo), em proporções próximas às da

população da Região Metropolitana de Curitiba (53% de mulheres – IPARDES, 2010). Aquino et al. (1991) comentam que a jornada dupla de trabalho das mulheres, dos afazeres domésticos ao serviço profissional externo, possibilita danos a seus estados de saúde. Souza (2010) menciona que elas utilizam parques preferencialmente para prática de atividades voltadas à manutenção da saúde e ao condicionamento estético.

Diagnostica-se, ainda, a prevalência de usuários mais jovens no Tingui (21 a 27 anos – 29%) do que no Barigui (28 a 41 anos – ver Figura 4). Conforme IPPUC (2010a), as projeções da população de Curitiba apontam a faixa etária de 30 a 34 anos como a mais expressiva.

Enquanto no Barigui há significativa parcela de usuários com grau de escolaridade relacionado ao ensino superior (57%) e médio (40%), no Tingui a situação é melhor distribuída entre os níveis superior (40%) e médio (29%), além da representatividade da pós-graduação (22% – ver Figura 4).

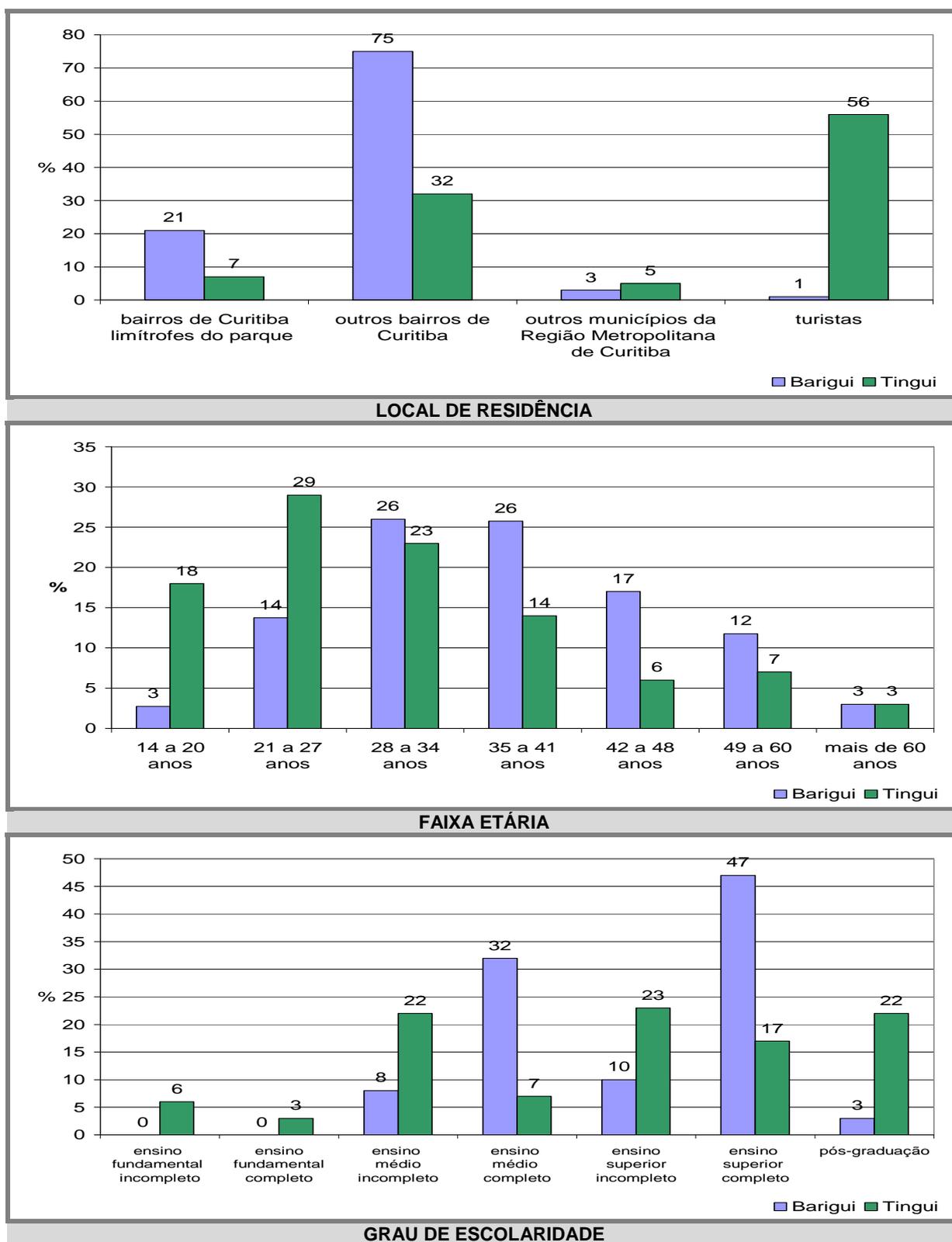


Figura 4: Gráficos de percentuais de características do perfil- local de residência, faixa etária e grau de escolaridade – dos usuários dos parques naturais municipais Barigui e Tingui em Curitiba, Paraná

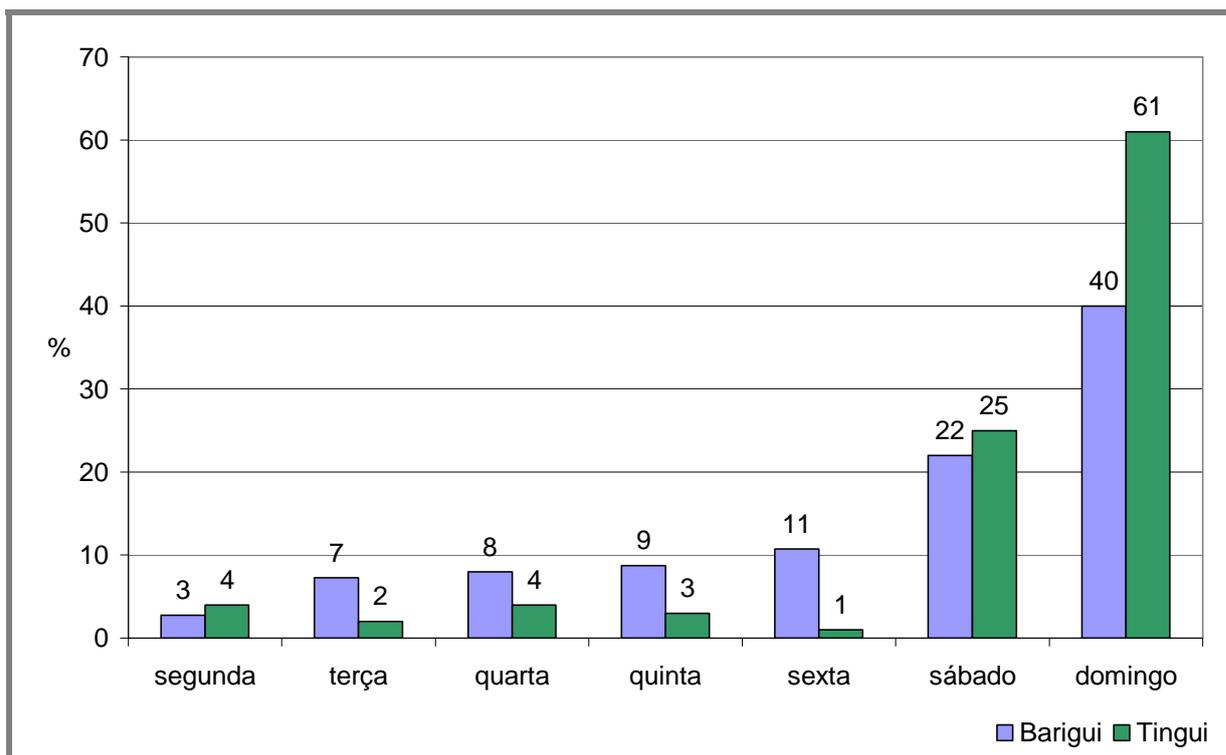
Fonte: Elaborada a partir da aplicação de formulários de entrevistas.

Segundo Del Rio e Oliveira (1999), o grau de escolaridade também influencia a percepção dos indivíduos, como resultado do seu nível intelectual.

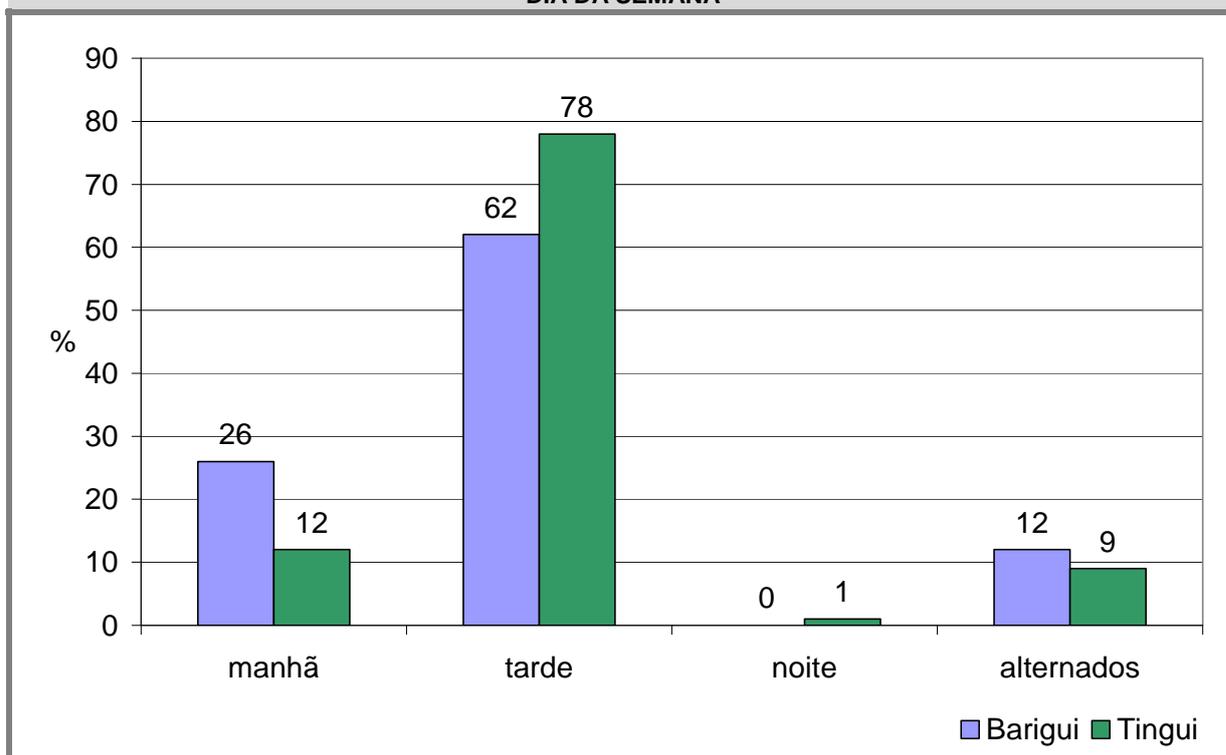
Em ambos os parques, como **hábitos de utilização** (Figura 5), há nítida preferência dos usuários pelos finais de semana, com índices de 86% para o Tingui e de 62% para o Barigui, especialmente à tarde (78% para o Tingui e 62% para o Barigui), em função das condições climáticas locais normalmente mais favoráveis ao conforto humano neste período. Para Souza (2010, p.96), “outro benefício do uso vespertino do parque é que, ao término da tarde, os visitantes prolongam as atividades, adentrando na noite”.

Contudo, nota-se novamente a vocação do Barigui para o atendimento dos moradores locais em função de sua relativa frequência em dias úteis.

Souza (2010) diagnostica que o predomínio do uso do parque urbano em fins de semana tem relação direta com a disponibilidade de tempo das pessoas para a prática de atividades diferentes daquelas relacionadas ao seu trabalho profissional. Esse autor também comenta que os dias úteis são adotados por aqueles que preferem usar o parque quando a sua frequência é menos intensa.



DIA DA SEMANA



PERÍODO DO DIA

Figura 5: Gráficos de percentuais de hábitos de utilização – dia da semana e período do dia – dos usuários dos parques naturais municipais Barigui e Tingui em Curitiba, Paraná
 Fonte: Elaborada a partir da aplicação dos formulários de entrevistas.

Quando arguidos sobre **aspectos qualitativos** dos parques (Figura 6), a expressiva maioria dos respondentes define a classe alta, com 93% das indicações para o Tingui, destacando suas condições de manutenção (47%), e com 83% dos apontamentos para o Barigui, ressaltando a sua localização (45%) e a sua estrutura (21%).

Percebe-se, mais uma vez, que os parques em análise têm funções predominantes diferenciadas, fato que é evidenciado pela maior motivação dos usuários referente à qualidade ambiental no Tingui (61%) e à qualidade de vida no Barigui (54%).

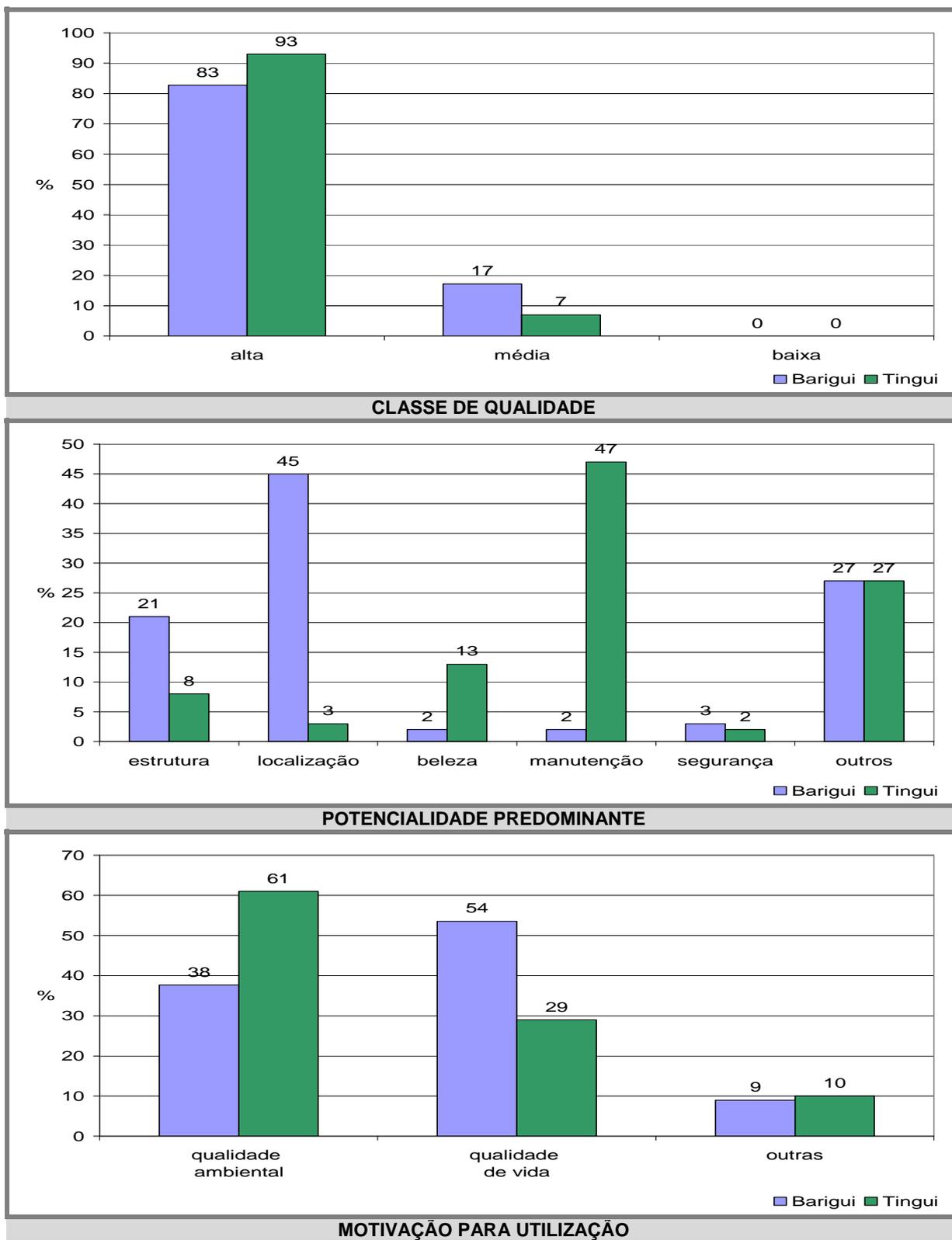


Figura 6: Gráficos de percentual de aspectos qualitativos – classe de qualidade, potencialidade predominante e motivação para utilização – citados pelos usuários dos parques naturais municipais Barigui e Tingui em Curitiba, Paraná

Fonte: Elaborada a partir da aplicação dos formulários de entrevistas.

A diversidade de opções é fundamental para a satisfação de necessidades dos usuários, com possibilidades de prolongamento da visita por tempo mais longo. Sánchez (1997) lembra que a imagem largamente veiculada da cidade, com destaque das suas áreas verdes, pode exercer decisiva influência na opinião pública.

Pesquisas realizadas na capital paranaense por SETU (2008) definem como principais imagens positivas da cidade citadas pelos turistas em 2005 (último ano de registro oficial do dado), várias características vinculadas à qualidade de vida (34%), seguidas de outras relacionadas à qualidade ambiental (21%).

Souza e Machado (2007) citam que, apesar de carecerem de medidas complementares, os serviços ambientais prestados pelas áreas verdes assumem inquestionável importância. Por sua vez, Macedo e Sakata (2003) insistem no real papel do parque urbano direcionado ao lazer.

Conclusão

Mais de 80% população brasileira vive em áreas urbanizadas, concentrando-se em regiões metropolitanas (BRASIL, 2010), onde inúmeros problemas sociais e ecológicos têm, invariavelmente, reduzido os níveis de qualidade ambiental e de vida dos cidadãos. Ao mesmo tempo, verifica-se a ampliação do contingente de visitantes em áreas naturais e em espaços de lazer em cidades (BRASIL, 2009), revelando a importância das unidades de conservação urbanas. Todavia, ainda há carência de bases teóricas mais aprofundadas sobre o tema.

Na busca da interpretação das influências das áreas naturais protegidas sobre o ambiente urbano e sobre a vivência dos cidadãos, apesar do alcance do objetivo geral da pesquisa pela análise da percepção de atributos de qualidade ambiental e de vida em unidades de conservação estabelecidas como parques urbanos, reconhece-se o imperativo da sua ampliação para outros espaços e

idades. Além da integração holística de estudos, os procedimentos metodológicos adotados apresentam possibilidades de comparação entre diferentes grupos de usuários e entre diversas áreas.

Com os estudos de casos nos parques naturais municipais Barigui e Tingui, diagnosticou-se que a análise do perfil dos usuários é fundamental para a gestão de parques urbanos instituídos como unidades de conservação, servindo de fundamento à tomada de decisões e à otimização de recursos. O conhecimento dos seus hábitos de utilização também é indispensável ao planejamento e gestão desses espaços. Mesmo classificados como áreas de alta qualidade pelos seus visitantes, seus depoimentos ainda revelam, dentre outras deficiências, a carência de estrutura sanitária, a escassez de policiamento e as dificuldades de acesso por transporte coletivo no caso do Parque Natural Municipal Tingui (BRITO, 2010; ECOTÉCNICA, 2009; SANTOS, 2010). A esses problemas, podem ser agregados aqueles pertinentes ao Parque Natural Municipal Barigui, como a inexistência de programas e atividades direcionadas aos usuários, a falta de segurança e a ocorrência de odores desagradáveis em determinadas porções da área, dentre outros (ECOTÉCNICA, 2007; SOUZA, 2010).

Por fim, considera-se que a principal contribuição da investigação se volte à fundamentação da compreensão dos reais anseios de usuários de unidades de conservação urbanas e das verdadeiras condições de interpretação do seu ambiente, servindo, portanto, de subsídios ao processo de gestão urbana, visando, em última instância, à qualidade ambiental e de vida em paisagens protegidas e solidárias nas cidades.

Referências

AQUINO, E. M. L.; MENEZES, G. M.; AMOEDO, M. B. E.; NOBRE, L. C. C. Mortalidade feminina no Brasil: sexo frágil ou sexo forte. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.2 p.174-189, 1981.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE; Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Convenção de Diversidade Biológica** – CDB. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 31 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo – MTUR. Estatísticas básicas de turismo – Brasil de 2003 a 2008. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Artigo 225, Parágrafo 1º, incisos I, II, III, IV e V da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2000, p.1, c.1.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001, p.1, c.1.

BRITO, J. F. e. **Paisagem Protegida**: percepção do sistema antrópico como fundamento à gestão de unidades de conservação em áreas urbanas. 2010. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2010.

CARVALHO, D. M. P.; GORINI, A. P. F.; MENDES, E. F. Áreas naturais protegidas: viabilização financeira, turismo e oportunidades na concessão de serviços. **Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES-Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p.171-209, set. 2006.

CAVALLARI, V.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 9.ed. São Paulo: Icone, 2007.

CISNEIROS A. C. **Actitudes y percepciones hacia la conservacion en Cyprinella** – comunidades aledañas a la Reserva de la Biosfera de Azules de Montes, Chiapas. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1998.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000. 2000. Cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/servicos/legislacao/zonamento/index>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. 2.ed. São Paulo; São Carlos: Studio Nobel, Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCA, 1999.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui**. Curitiba, 2007.

ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tingui**. Curitiba, 2009.

FUREGATO, M. C. H. Parque Urbano Orquidário Municipal de Santos – SP: equipamento de lazer e turismo. 2005. **Revista Eletrônica Paisagem, Lazer e Turismo**. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio:artigos>>. Acesso em: 20 set. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas dos parques naturais municipais Barigui e Tingui**, Curitiba, Paraná, 2009.

HARDT, L. P. A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba – Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2000.

HARDT, L. P. A. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, v.4, n.1, p.597-612, 2004.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, VIII, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 2006. p.1-9.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Reflexões sobre políticas ambientais e urbanas no âmbito do planejamento e gestão de unidades de conservação. In: ORTH, D. M.; DEBETIR, E. (Org.) **Unidades de conservação**: gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2007. p.111-135.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Reflexões sobre políticas ambientais e urbanas no âmbito do planejamento e gestão de unidades de conservação. In: ORTH, D. M.; DEBETIR, E. (Org.) **Unidades de conservação**: gestão e conflitos. Florianópolis: Insular, 2007. p.111-135.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; PELIZZARO, P. C.; SOUZA, P. C. A. de. Contribuições da análise perceptual para a gestão de unidades de conservação e do turismo em áreas urbanas. In: SIT – Seminário Internacional de Turismo, XI, 2009, Curitiba, Paraná. **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo – UP, 2009. p.1-21.

HERCULANO, S. C.; PORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. de. (Org.). **Qualidade de**

vida e riscos ambientais. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2000.

HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L. R.; MILANO, M. S. Distância de deslocamento dos visitantes dos parques urbanos em Curitiba – PR. **Floresta e Ambiente**, v.8, n.1, p.76-83, jan./dez. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IBDF; FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – FBCN. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil:** II etapa. Brasília: Ministério da Agricultura. 1982.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **População.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Áreas verdes e de lazer,** 2005. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Curitiba/bairros>>. Acesso em: 31 maio 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Curitiba em dados.** Disponível em: <<http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados>>. Acesso em: 15 set. 2010a.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Mapas temáticos:** unidades de conservação. Disponível em: <[http://www.ippuc.org.br/informando/tematicos/unidades de conservacao](http://www.ippuc.org.br/informando/tematicos/unidades_de_conservacao)>. Acesso em: 15 set. 2010b.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUZA, M. A. del B.; FIALHO, N. de O. DEI PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de temas como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, São Luiz, 1994. **Anais...** São Luiz: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, 1994. p.539-549.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** Brazilian urban parks. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

MAGRO, T. C.; GRANJA, C. M.; MENDES, F. B. G. Características do usuário do Parque Estadual da Ilha Anchieta: subsídios para o plano interpretativo. In: Congresso Florestal Brasileiro, 6, 1990, Campos de Jordão – SP. **Anais...** Campos de Jordão: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SBS; Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF, 1990. p.766-772.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA´EGA,** Curitiba, n.8, p.83-91, 2004.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.IX. n.1, p.41-64, 2006.

MELAZO, G. C.; COLASANTI, M. T. M. Parques urbanos: importantes espaços verdes na dinâmica ambiental das cidades. In: Simpósio Regional de Geografia: perspectivas para o Cerrado no século XXI, Uberlândia, 2003. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2003. p.1-15.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Org.) **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.190-231.

PACE, T. H. **Paisagem como recurso de desenvolvimento do turismo no âmbito da gestão urbana**: estudo de caso em Curitiba, Paraná. 2010. 157f. Documento de qualificação de dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

PEREIRA, P. F., SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.XI, p.81-97, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – PMC. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Áreas verdes**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretarias>>. Acesso em: 17 set. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – PMC. Instituto Municipal do Turismo. **Viaje Curitiba**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretarias>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **A sociedade industrial e o ambiente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2005. p.209-238.

SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e *city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, F. S. A. **Paisagem Protegida**: percepção do sistema natural como fundamento à gestão de unidades de conservação em áreas urbanas. 2010. 20f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2010.

SANTUCCI, J. **As promenades do Rio de Janeiro**: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR. **Os números do turismo no mundo, no Brasil e no**

Paraná 2003. 2005. Disponível em:

<http://www.sebraepr.com.br/servlet/page?_pageid=796&_dad=portal30&_schema=PORTAL_30>. Acesso em: 30 jun. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETU. **Curitiba** – estudo sobre turismo receptivo comparativo: 1995, 2000, 2005, 2006 e 2007. 2008. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2010.

SILVA, N. P. da; FRANCISCO, A. C. de; PILATTI, L. A.; THOMAZ, M. S. Segmentação do mercado turístico: a importância do lazer e recreação no turismo. In: Congresso Internacional de Administração, I, Ponta Grossa, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2008/cadastro/artigos/temp/9.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

SOUZA, P. C. A. de. **Funções sociais e ambientais de parque urbano instituído como unidade de conservação:** percepção dos usuários do Parque Natural Municipal Barigui em Curitiba, Paraná. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, M. T. R. de.; MACHADO, R. Os parques urbanos e a cidade sob a abordagem do turismo e do planejamento dos transportes. **Gaia Scientia**, João Pessoa, n.1, p.169-180, 2007.

TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes:** estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR; Fundação O Boticário de Preservação à Natureza – FBPN, 2002.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

URBANIZAÇÃO DE CURITIBA – URBS. **Linha Turismo.** Disponível em: <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/linha_turismo/>. Acesso em: 25 ago. 2010.

WAINBERG, J. Cidades como sites de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. (Org.). **Turismo Urbano.** São Paulo: Contexto, 2001. p.33-42.

WILHEIM, J.; MAGALHÃES JÚNIOR, J. M.; KLIASS, R. G.; NARUTO, M.; LOMAR, P. J. V.; RAIGORODSKY, B.; GRACIANI, M. S. S.; SEVERO, V.; SHUNK, R. **Intervenções na paisagem urbana de São Paulo.** São Paulo: Instituto Florestan Fernandes, 2000.

RESUMO

Frente à problemática da insuficiência de informações acerca das influências das áreas naturais protegidas em cidades, o objetivo geral do estudo consiste em investigar a percepção de atributos de qualidade ambiental e de vida em unidades de conservação estabelecidas como parques urbanos. Nesse contexto, são adotados os parques naturais municipais Barigui e Tingui, em Curitiba, Paraná, como estudos de caso. Com estrutura multimétodos, a pesquisa é desenvolvida em quatro fases principais: fundamentação teórica; análise dos modelos de referência relativos aos parques selecionados; avaliação da percepção dos usuários, com aplicação de questionários em associação ao reconhecimento em campo; e interpretação e discussão de resultados. Conclui-se, assim, pela importância das unidades de conservação instituídas como parques urbanos para a qualidade ambiental e de vida, possibilitando a formulação de subsídios ao processo de planejamento e gestão de cidades.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Percepção. Gestão Urbana. Curitiba. Parque Barigui. Parque Tingui.

ABSTRACT

In view of the problem of insufficient information about the influences of protected natural areas in cities, the general objective of this study is to investigate the perception of quality attributes of environmental and life in protected areas established as urban parks. In this context, the natural municipal parks Barigui and Tingui, in Curitiba, State of Paraná, are adopted as case studies. With a multi-method structure, the research is developed in four main phases: theoretical basis, analysis of reference models for the selected parks, assessment of the users' perception with questionnaires in combination with field recognition, and interpretation and discussion of results. In conclusion, is important the conservation of units established as urban parks for quality of environmental and life, which enables the formulation of subsidies for the process of planning and managing cities.

Keywords: Conservation Units. Perception. Urban management. Curitiba. Barigui Park. Tingui Park.

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Araucária (apoio financeiro às pesquisas sobre Paisagem Solidária e Paisagem Protegida)

Informações sobre os autores:

¹ Letícia Peret Antunes Hardt – <http://lattes.cnpq.br/0732134873966902>
Arquiteta e Urbanista. Mestre e Doutora em Engenharia Florestal – Conservação da Natureza. Pesquisadora Produtividade CNPq e docente dos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, de Especialização em Paisagismo (inclusive coordenação) e Gestão Técnica do Meio Urbano e de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais.
Contato: l.hardt@pucpr.br

² Carlos Hardt – <http://lattes.cnpq.br/50246052651372088>

Arquiteto e Urbanista, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pesquisador e docente dos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (inclusive coordenação), de Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano (inclusive coordenação) e de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais.

Contato: c.hardt@pucpr



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil - ISSN: 1982-7784 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Recebido: 12-10-2010

Aprovado: 18-10-2010